

Superior Tribunal de Justiça

PET no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 155.904 - AM (2017/0322274-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
REQUERENTE : BENJAMIN JOSE DOS REIS
REQUERENTE : RENATA DO NASCIMENTO
REQUERENTE : MARIA IMACULADA DOS REIS
ADVOGADO : VERA LÚCIA LUNARDELLI - SP147370
REQUERIDO : VIACAO RIACHO GRANDE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : DANIEL DE SOUZA GÓES - SP117548
GABRIEL PORTELLA FAGUNDES NETO - DF020084
ILMA ALVES FERREIRA TORRES - SP153039
VINÍCIUS TAVARES MANHAS E OUTRO(S) - SP308209
LUCIANA DALLA SOARES - SP148031
REQUERIDO : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO DE MANAUS - AM
REQUERIDO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE DIADEMA - SP

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PET NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR DO STJ AO INVÉS DE AGRAVO INTERNO. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. NÃO CABIMENTO. ERRO GROSSEIRO. AGRAVO INTERNO PREVISTO NO ART. 1.021 DO NCPC. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência em que é suscitante VIAÇÃO RIACHO GRANDE LTDA. (VIAÇÃO RIACHO GRANDE) - em recuperação judicial -, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO DE MANAUS/AM e o JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DE DIADEMA/SP.

De acordo com os autos VIAÇÃO RIACHO GRANDE apresentou ao juízo cível amazonense pedido de recuperação cujo processamento foi autorizado, seguindo-se a homologação do plano de soerguimento.

Ocorre que na Justiça de São Paulo foi proposta ação de indenização em que o pedido foi julgado procedente, seguindo-se a respectiva execução.

Superior Tribunal de Justiça

No presente conflito VIAÇÃO RIACHO FUNDO noticia que o juízo paulista determinou o prosseguimento da execução que havia ficado suspensa, aduzindo que a Justiça paulista não possui essa competência, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Antes de decidir o pedido de concessão de medida liminar foram solicitadas informações do Juízo paulista (e-STJ, fl. 225).

Contra essa decisão foi interposto agravo interno (e-STJ, fls. 229/247).

O pedido de concessão da medida liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 272/274).

Contra essa decisão foi apresentado pedido de reconsideração, que não foi conhecido (e-STJ, fls. 260/364 e 366/367, respectivamente).

Solicitadas informações, foram elas prestadas às e-STJ, fls. 250/251, 284/286 e 313/317.

O Ministério Público Federal opinou pela declaração de competência do juízo do soerguimento (e-STJ, fls. 319/323).

Em decisão monocrática de minha lavra conheci do conflito para declarar competente o juízo da recuperação judicial:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCIDENTE MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO CÍVEL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. (e-STJ, fl. 376)

Contra essa decisão RENATA DO NASCIMENTO, BENJAMIM JOSÉ DOS REIS e MARIA IMACULADA DOS REIS (RENATA e outros) interpuseram agravo de instrumento, com pedido liminar de efeito suspensivo, sustentando que a ação de cumprimento de sentença ajuizada na 2ª Vara Cível da Comarca de Diadema – SP deve continuar seu trâmite contra os demais réus, em razão da desconsideração da personalidade jurídica (e-STJ, fls. 401/450).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere

Superior Tribunal de Justiça

aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto em razão do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Conforme constou no relatório, o conflito foi conhecido para declarar competente o juízo da recuperação judicial.

Contra esta decisão RENATA e outros interpuseram agravo de instrumento, com pedido liminar de efeito suspensivo, sustentando que a ação de cumprimento de sentença ajuizada na 2ª Vara Cível da Comarca de Diadema – SP deve continuar seu trâmite contra os demais réus, em virtude da desconconsideração da personalidade jurídica.

O inconformismo não se revela cognoscível.

De acordo com o art. 1.021 do NCPC, *contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.*

O agravo de instrumento, por sua vez, destina-se a atacar decisões interlocutórias que versarem sobre as matérias listadas no art. 1.015 do NCPC, proferidas por juízes de primeiro grau.

No caso dos autos, verifica-se que o agravo de instrumento foi interposto perante o STJ, configurando, assim, erro grosseiro que impede o conhecimento do recurso.

Sobre o tema, confirmam-se os precedentes:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. GRATUIDADE DE JUSTIÇA INDEFERIDA NO TRIBUNAL DE ORIGEM EM DECISÃO MONOCRÁTICA. DECISÃO IMPUGNADA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NO STJ. ERRO GROSSEIRO CONFIGURADO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do

Superior Tribunal de Justiça

Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Na decisão agravada, constou expressamente que o agravo de instrumento destina-se a atacar decisões interlocutórias proferidas por juízes de primeiro grau e contra essas é cabível o agravo interno perante o próprio órgão prolator da decisão. Art. 1.021 do NCPC.

3. Como o agravo de instrumento foi interposto perante o STJ, configurado está o erro grosseiro que impede o conhecimento do recurso.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo interno não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no Ag 1.433.658/SP, minha relatoria, Terceira Turma, DJe 5/6/2017)

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. ERRO GROSSEIRO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Consoante o art. 1.021 do novo Codex, contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

III - Havendo previsão expressa na lei quanto ao cabimento do agravo interno, a utilização do agravo de instrumento configura erro grosseiro, impeditivo da aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

IV - Agravo não conhecido.

(PET no REsp 1.791.649/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, j. 15/8/2019, DJe 19/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO. ERRO GROSSEIRO.

1. A teor do art. 1.021 do CPC/2015, contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

2. Tendo em vista que a parte recorrente manejou agravo de instrumento perante o STJ em face de decisão monocrática que lhe foi desfavorável, evidencia-se erro grosseiro que impede o conhecimento do recurso, à míngua de dúvida objetiva com relação ao seu cabimento.

3. Agravo de instrumento não conhecido.

(AgInt na PET no AREsp 851.008/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, j. 7/5/2019, DJe 24/5/2019)

Em suma, havendo previsão expressa na lei quanto ao cabimento do agravo interno (art. 1.021 do NPC), a utilização do agravo de instrumento configura erro grosseiro, impeditivo da aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo de instrumento.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator